

-----**ACTA NÚMERO 41/2006**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E
SEIS.**-----

-----Aos nove dias do mês de Novembro do ano dois mil e seis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira e presença dos Senhores Vereadores Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Eng. Henrique Miguel Figueiredo da Silva da Costa Neves, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Miguel Duarte Alves Freitas, Dr^a Rubina Maria Branco Leal Vargas e Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade reuniu, pelas dez horas, a Câmara Municipal, secretariada por Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estarem presentes os Senhores Presidente Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque e Vereadores Senhores Dr. Carlos João Pereira, Arqt. Luis Miguel Vilhena de Carvalho e Dr. Rui Ricardo Gomes Vieira, considerando-se justificadas as respectivas faltas.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, tendo sido

previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Sr. Vereador Artur Andrade, da CDU, deu início a este período, colocando várias questões relacionadas com a gestão do pessoal, que a seguir se resumem:---

----- - Medicina, higiene e segurança no trabalho:-----

---Chamou a atenção para o facto de não estar a funcionar o gabinete de higiene e segurança bem como das comissões respectivas e, ainda, da necessidade de intervenção da Câmara junto dos trabalhadores no sentido da sua formação;-----

---No que se refere aos transportes do pessoal, referiu que, este continua por resolver, quando a Câmara assumiu o compromisso de que este ano seria decidido;-----

---Referiu ainda, nesta questão, alguns cuidados a ter com o material adequado às funções dos trabalhadores (botas, luvas, fardamentos, etc.) afirmando, também, a falta de seguro para acidentes de trabalho. -----

----- - Categorias profissionais, funções e quadro de pessoal:-----

---Em relação a esta matéria disse existir um conjunto de funções a não responderem às reais categorias dos trabalhadores e que, por tratar-se dum assunto difícil de resolver, deveria haver um envolvimento conjunto entre as Câmaras, Direcção Regional da Administração Pública, Centro de Formação Profissional e, simultaneamente, que fosse protocolizado a nível nacional a questão da extensão da formação à Região;-----

---Quanto à classificação de serviço com novas regras, afirmou que não deve ultrapassar o formalismo legal, atendendo aos problemas que houve no passado;-----

---Sobre os concursos de admissão e promoção de pessoal, considerou que as provas orais devem ser públicas, porque podem ser sindicadas, sob pena de haver ilegalidades;-----

---Relativamente às câmaras de vigilância instaladas nos Viveiros, referiu que estão colocadas de forma ilegal, ou seja, viradas para corredores, zona de café, etc., o que não é de forma alguma o mais correcto;-----

---Por último fez, também, uma referência aos balneários femininos.-----

----- - O Sr. Vereador Pedro Calado, do PSD, usou da palavra para esclarecer algumas das questões expostas.-----

---Relativamente à medicina, higiene e segurança no trabalho, a Câmara tem uma licenciada nesta área e existe uma Divisão criada no seu organigrama com esta finalidade. Neste momento, está a ser preparado um concurso público para a medicina no trabalho, estando orçamentado para dois mil e sete;-----

---Quanto aos transportes, no próximo ano a Câmara irá, em regime de “renting”, proceder à aquisição de viaturas, tornando-se assim, não só importante em termos de segurança no transporte, mas também na eficiência dos serviços;-----

---No que diz respeito aos equipamentos (botas, luvas, etc.), a Câmara pediu aos Directores de Departamento para fazerem

um levantamento das necessidades de cada sector, caracterizando e quantificando os próprios equipamentos. Acresce ainda que, já foi efectuada uma consulta a fornecedores externos, ficando assim, com este procedimento, o problema solucionado;----

---Em relação ao seguro, este existe. Contudo, a Câmara está, neste momento, a renegociar em termos globais todos os seus seguros;-----

---Quanto ao quadro de pessoal e no que se refere às funções e reclassificações, têm vindo a ser feitas, gradualmente, reclassificações, muitas a pedido dos próprios funcionários. Sobre o quadro de pessoal, é de salientar que, noventa e nove por cento dos funcionários camarários já estão integrados. No que diz respeito a acções de formação, foram efectuadas um total de cinquenta e seis formações, totalizando cinco mil novecentas e quarenta e três horas, abrangendo duzentos e vinte um formandos;-----

---Relativamente à nova avaliação de desempenho, a sua implementação passa por várias fases, desde a definição de objectivos estratégicos, objectivos dos departamentos, divisões e dos próprios funcionários; em finais de Novembro teremos todo o sistema definido e no próximo ano já estará implementado;-----

---No que se reporta às câmaras de vigilância, estas, estão adequadas aos objectivos para que foram instaladas. Está restrito o acesso ao visionamento das mesmas.-----

----- - Seguiu-se nova intervenção do Sr. Vereador Artur Andrade,

da CDU, abordando o assunto dos parçómetros, cujo concurso foi anulado pelo Supremo Tribunal Administrativo.-----

-----Em seguida, em relação à situação do Conjunto Habitacional da Estrada Comandante Camacho de Freitas (Romeiras), fez a seguinte intervenção, que reduziu a escrito: -----

---“Inaugurado recentemente e ainda não totalmente habitado, é com grande estranheza que assistimos à situação de desleixo e abandono que se verifica no Conjunto Habitacional da Estrada Comandante Camacho de Freitas. Na área interior do Conjunto Habitacional verificamos a existência de situações verdadeiramente aberrantes. Por exemplo: - a iluminação pública exterior não funciona. Estão colocados os lampiões e outro tipo de luzes mas nada funciona. Segundo parece, nunca a iluminação exterior funcionou desde a chegada dos primeiros moradores; - ainda em termos de iluminação, as garagens para os moradores também não dispõem de iluminação em funcionamento. Esta situação é particularmente perigosa visto este facto ser aproveitado por toxicodependentes que se servem das garagens para as suas práticas; - outro facto: as mesmas garagens não são fechadas. As portas foram colocadas para a inauguração do conjunto e posteriormente retiradas; - não existe sinalização de entrada e saída das garagens. Tal facto já provocou acidentes; - o Conjunto habitacional dispõe das designadas “casas do lixo”, espaço fechado destinado a guardar os contentores colectivos do lixo. No entanto, os mesmos estão colocados na rua e, segundo informação dos

moradores, foram proibidos de os colocar dentro das referidas “casas”. Resultado: maus cheiros, nomeadamente durante o período de Verão; - na parte sul do Conjunto Habitacional, ao lado de uma das garagens, estão amontoados entulhos e lixos diversos, resultantes, talvez, das obras decorridas no Conjunto e que nunca foram removidos; - também preocupante é o facto de não existir nenhuma passadeira que sirva em simultâneo para quem entra no Conjunto Habitacional e para quem reside no Complexo Habitacional das Romeiras. Recentemente uma criança foi vítima de atropelamento do qual resultaram ferimentos graves. Os moradores temem que mais situações do género possam ocorrer; - existindo espaços livres, porque não se promoveu a construção de uma área destinada à prática desportiva, ao convívio e ao lazer dos moradores? Porque não a construção de um parque infantil e de um pequeno recinto para jogos? Estamos perante um conjunto de situações que se nos afiguram como graves e que vêm contribuindo para que a qualidade de vida e bem-estar destes cidadãos esteja a ser posta em causa. É inadmissível que, sendo o conjunto habitacional mais recente a situação seja de total abandono e terceiromundismo”.

----- - A Sra. Vereadora Rubina Leal informou que este empreendimento não é da responsabilidade camarária, mas sim da Investimentos de Habitação da Madeira. O que podemos, disse, é dar conhecimento da situação àquela Empresa.

-----Prosseguindo na sua intervenção, levantou o problema do

lançamento dos esgotos na Estrada do Lombo da Quinta, na zona não abrangida, e da conclusão da ligação daquela estrada à Regional.-----

-----Depois, este Vereador fez uma referência ao Caminho da Hortelã e Caminho dos Tanques Ribeiro Fernando, pela inexistência de esgotos.-----

----- - Sobre este assunto respondeu o Sr. Vereador Costa Neves. Disse que está em curso a empreitada para os esgotos nas Zonas Altas, estando já uma área servida e a restante incluída nesta empreitada.-----

----- - A concluir este período, o Sr. Vereador da CDU, colocou mais três assuntos: O primeiro tem a ver com a queda de terras na Levada do Blandy, opinando que deveria ser oficiado ao proprietário do terreno no sentido de ser feita a respectiva limpeza;-----

---Quanto ao segundo, referiu a falta de abrigos nas paragens acima da “Cornélia”, nas zonas que dividem o Funchal e Santa Cruz;-----

---Por último, alertou para a inexistência de transportes escolares na mesma zona, uma vez que, apesar de residirem na proximidade das escolas da Camacha, são obrigados a deslocar-se para o Funchal. Sugeriu, neste sentido, a possibilidade de intervenção junto da Empresa Horários do Funchal e/ou Secretaria da Educação.-----

-----Pela sua urgência, foram objecto de deliberação os

assuntos abaixo mencionados, que não foram incluídos na respectiva ordem de trabalhos:-----

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – Subsídio: - Em função da informação do Departamento Financeiro datada de oito do corrente mês, dando conta do valor em falta a pagar à Cruz Vermelha Portuguesa, decorrente do subsídio que lhe foi atribuído por deliberação de vinte de Dezembro/dois mil e um, a Câmara, por unanimidade, deliberou proceder ao pagamento em falta no valor de € 14.155,40 (catorze mil cento e cinquenta e cinco euros e quarenta cêntimos). Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

PESSOAL:-----

----- - **Participação:** - Em presença da participação do Departamento Financeiro (ref^a 3389/06), sobre irregularidades praticadas nas cobranças de publicidade, pela funcionária Graça Maria Pestana Gonçalves, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção da CDU, proceder à abertura de inquérito, sendo nomeado inquiridor o funcionário Osvaldo Lucas.-----

URBANISMO:-----

----- - **Loteamentos:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, tendo presente a informação do Departamento de Urbanismo (ref^a OAF-110/06), aprovar o loteamento requerido por Maria Elisabete Sousa da Silva (reg^o 31703/06), para o terreno localizado no Sítio do Pinheiro, Caminho dos Saltos, Monte.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS:-----

----- - **Protocolo a celebrar com os Bombeiros Voluntários**

Madeirenses: - Por proposta do Serviço Municipal de Protecção Civil e Bombeiros, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, ao abrigo do disposto na alínea a) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito/Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, a minuta do Protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Madeirenses, que tem por objectivo a prestação de auxílio permanente à cidade do Funchal em estrita colaboração com o Departamento de Protecção Civil e Bombeiros no âmbito da prevenção e atenuação de riscos colectivos resultantes de acidentes graves, catástrofes ou de calamidades e todas as situações de perigo que envolvam pessoas e bens. A Câmara concede, como contrapartida, um auxílio financeiro até ao montante de € 100.000,00 (cem mil euros) para o ano de dois mil e seis. A minuta do referido protocolo, ficará, por fotocópia, a fazer parte desta acta como anexo (A). Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** - “Defendo um protocolo plurianual com compromissos mútuos. Quanto ao valor então seria deliberado ano a ano, no entanto voto a favor.”-----

2 – PESSOAL:-----

-----**2.1 – Participação:** - Em face da participação do Departamento de Ciência (refª 692/DCI), contra o funcionário Miguel Alberto da Silva Moniz, por faltas injustificadas, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção da CDU, instaurar processo disciplinar, sendo nomeado instrutor o funcionário Osvaldo Lucas.-

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

